

Educação, cidadania e redes infocomunicacionais

Tomás Patrocínio

Educom - APTE

Agrupamento Vertical de Escolas Almeida Garrett (Alfragide)

Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Resumo.....	1
1. Que conceito de cidadania?	1
2. A emergência da cidadania <i>glocal</i>	3
3. Cidadania, educação e vida nas redes infocomunicacionais	6
Referências.....	10

Resumo

O acesso às novas tecnologias infocomunicacionais (que se têm vindo a universalizar) afirma-se como uma necessidade imperiosa, quer na escola quer em todos os espaços exteriores à escola. Só assim a educação pode contribuir para uma vivência da contemporaneidade consentânea com as lógicas da sociedade tecnológica digital globalizada. Esta é uma sociedade em construção que evolui, “encurtando” o espaço e “acelerando” o tempo, proporcionando cada vez mais a percepção e experimentação do *glocal*, colocando a cidadania no centro das atenções educativo/formativas e, como tal, exigindo novos sentidos de cidadania.

A utilização das redes digitais em geral, mas sobretudo da Internet, por ser a que pode ter maiores repercussões, apela, assim, ao desenvolvimento de novas competências organizativas, cognitivas, éticas e relacionais (em termos institucionais e pessoais) que se consituem como desafios de grande exigência educativo/formativa dentro e fora da escola.

1. Que conceito de cidadania?

Na sociedade tecnológica digital globalizada, que não tem uma dimensão ligada exclusivamente ao espaço residencial ou nacional, mas apresenta, um sentido mais global, mais universal, a construção duma visão ontológica da cidadania, duma cidadania do ser, assume particular importância, dado que as

pertenças de cada pessoa são múltiplas e enriquecem a construção de sentido do que é ser cidadão, ou seja, cidadão *glocal*.

Aquele que vive no seu espaço privado, na sua região, não pode dissociar-se da participação na resolução dos problemas económicos, políticos, sociais, culturais por resolver a nível global porque estes o afectam, assim como os problemas locais afectam, ou podem afectar, o global. Isto convoca-nos para questionar os tradicionais sentidos de identidade e de pertença, que nos circunscrevem à identidade e à pertença nacionais. Emergem contextos favoráveis à compreensão de que a identidade e a pertença são processos em permanente construção. A identidade e a pertença não são pré-adquiridos por sermos portugueses, castelhanos ou de qualquer outra nacionalidade. O entendimento de que o local existe no global e que o global existe no local, é, hoje, um dos maiores desafios da nossa formação e da nossa existência como seres humanos, porque se nos colocam constantemente vivências inquietantes e complexas ligadas a questões ambientais, a questões de multiculturalidade, a questões da construção de sentidos de justiça, a questões de humanidade. Estes contextos deverão ser geridos por forma à criação de condições favoráveis a práticas de relações interpessoais mais humanizadas, à permanente negociação de tolerâncias e à criação de sentidos de inclusão.

Mas o que devemos entender por visão ontológica da cidadania? Assumamos a definição dada por Rosa (2000: 338):

O conceito de cidadania terá (...) a mesma extensão (mas não a mesma compreensão) que o conceito de 'hominidade': só os humanos são cidadãos e se algum animal racional estiver despojado de cidadania estará colocado abaixo da sua condição. O conceito de 'cidadania' remete para a condição ontológica dos humanos, não para a sua condição 'jurídica' ou para a sua condição 'política' ou para qualquer outra condição ôntica.

Assim, o sentido ontológico da cidadania, é o sentido adequado para uma prática educativo/formativa *em* e *na* cidadania. É duma prática educativa/formativa *em* e *na* cidadania, contextualizada em projectos de aprendizagem que pode emergir a compreensão da importância do empenhamento e do envolvimento de cada pessoa na vida comunitária, construindo em permanência a sua identidade.

A visão ontológica da cidadania, na sua relação com a educação é sustentada por Rosa (2000: 338) quando afirma:

A compreensão aristotélica (ou sofocleana) de ‘cidadania’ poderia traduzir-se melhor por ‘socialidade’, significando que os humanos logo à nascença e contrariamente ao que sempre foi ensinado, não são ‘animais racionais’, mas sim ‘animais racionais sociais’. Os humanos não nascem indivíduos para, ‘depois’, se socializarem (como dizem que cabe à escola fazer). Bem pelo contrário, os humanos nascem sociais e a educação é a construção da sua individualidade (...).

Na sociedade tecnológica global digital, impõe-se um sentido antropossocial e universalista do exercício da cidadania, pois há uma transferência de poder para cada cidadão na medida em que temos o espaço e o tempo nas nossas mãos em frente a um ecrã e ao teclado de qualquer computador e no contexto de outras redes digitais, apontando para a celebração de novas formas de organização da vida democrática em comunidade. Tal faz emergir cada vez mais a cidadania não apenas numa perspectiva de representação, de delegação do poder no(s) noutro(s), mas numa perspectiva de acção/intervenção permanente não condicionada exclusivamente pelos actos eleitorais. Assim, a cidadania, vista como reflectindo a pertença activa à vida da cidade, impõe-se como um conceito essencial cuja compreensão e exercício poderão influenciar em larga medida o desenvolvimento económico, político, social, cultural, em suma, o desenvolvimento humano, contrariamente às posições cibercríticas ou cibernegativas exacerbadas, que vislumbram tão só catástrofes para a cidade global emergente (Patrocínio, 2002).

2. A emergência da cidadania *glocal*

Cibercidadão (*netizen*) é uma designação popularizada entre os anglo-saxónicos para o cidadão da sociedade tecnológica digital.

Hauben (1996), baseado numa aturada investigação sobre o modo como a Internet é utilizada, relevava o perfil dos emergentes *netizens*, precisando a sua posição de que *netizens* não são todos os utilizadores da *net*, mas apenas aqueles que debatem e discutem os problemas de uma maneira construtiva e que contribuem para a *net*.

Hauben reconhecia, contudo, que esta é uma concepção pessoal, sendo que a utilização do termo *netizen*, que emergiu das comunidades *online*, passou a ser largamente utilizado quer pela comunicação social falada e escrita, quer em livros científicos com significados múltiplos. A propósito, afirmava:

Desenvolveram-se dois usos do termo *netizen*. O primeiro é um uso geral para referir qualquer pessoa que utiliza a *net*, seja para que fim for. Assim, o termo *netizen* tem sido associado em certas circunstâncias a bom ou a mau. O segundo uso está mais próximo da minha interpretação. Esta definição é utilizada para descrever pessoas que se preocupam com a *Usenet* e com a *net* em geral e trabalham visando a construção da natureza cooperativa e colectiva que beneficia globalmente o mundo. Estas são pessoas que trabalham para o desenvolvimento da *net*. Neste segundo caso, *netizen* significa actividade positiva, e nenhum adjectivo precisa de ser adicionado.¹

Uma outra definição de *netizen* é a de Poster (2002): *netizen* é o sujeito político constituído no ciberespaço. Para este autor trata-se de um termo que designa aquilo que podemos ser apenas a tempo parcial uma vez que ninguém vive na *net* a tempo inteiro.

É uma constatação imediata, apesar da *net* ter já milhões de utilizadores em todo o mundo, que esse número ainda é pequeno quando se leva em conta todos os habitantes do planeta. É também uma constatação pertinente a de que ninguém está *online* a tempo inteiro, mas nós interrogamos: o facto de não vivermos na *net* a tempo inteiro e de haver mesmo muitos que ainda não a vivem, pelo facto de viverem na sociedade tecnológica global não deverão, da mesma maneira, ser designados de cidadãos da sociedade tecnológica digital já que as lógicas da *net* perpassam todo o tecido social? Parece que sim. Como se poderia explicar o facto da apetência que se constata generalizadamente pelas novas tecnologias, podendo-se dizer que todos desejam aceder a essas tecnologias? É uma questão que nos deve fazer reflectir. Os benefícios da incorporação das TIC na sociedade em geral, em muitas circunstâncias, são gerais, facto para o qual Kerckove (2001: 81) chama a nossa atenção ao afirmar:

A Internet é frequentemente acusada de aprofundar a grande divisão entre os que a têm e os que a não têm. Mas é justamente ao contrário de ambos os lados; em primeiro lugar ela torna todos mais poderosos, não apenas os poderosos que entre eles ganharam acesso à Internet dum modo nunca

¹Esta como outras traduções apresentadas neste texto são da responsabilidade do autor.

anteriormente disponível. A Internet permitiu a organização de encontros como os de Seattle no WTO e como o de Porto Alegre. Em segundo lugar, por implicação, convida mesmo os membros de diferentes culturas e sociedades que não têm acesso directo ao discurso internacional, a partilhá-lo pelo menos por procuração.

O apelo à participação que a sociedade da comunicação encerra passa pelas cadeias de mediatização dos media tradicionais (o que é vulgarmente associado à telecidadania) e à Internet (o que se designa de cibercidadania).

A cidade global, ou melhor ainda, a cidade *glocal*, está efectivamente a configurar-se como um horizonte não só possível mas também cheio de possibilidades para a condição humana, mormente pela intensificação de relacionamento entre pessoas próximas e distantes, de modos formais e informais, quer em termos reais quer em termos virtuais, em todos os domínios da existência, quer no domínio local e regional, quer no domínio nacional e global.

Não basta estar informado ou ter acesso à informação para que se esteja consciente do que quer que seja. Este é um tema recorrente. Mas, importa que se sublinhe que, o ter acesso à informação e o estar informado possibilita já uma abertura de horizontes, o que é um ponto de partida essencial para o conhecimento e para a participação. Há inúmeras situações que demonstram que, com a Internet, tem sido possível expressar tomadas de consciência bem significativas, permitindo grandes acções de cidadania em torno de grandes causas numa contextualização *glocal*. São disso exemplos relevantes, entre muitos outros, as mobilizações relativas ao apoio à autodeterminação dos timorenses ou à constestação da guerra contra o Iraque ou ao pedido de amnistia para certos injustiçados ou a mobilização em grandes acções humanitárias.

O acesso às novas tecnologias é essencial, uma vez que a plena cidadania (que inclui a cidadania digital) só pode efectivar-se quando o acesso à utilização dos meios tecnológicos de trabalho, pesquisa, publicação e comunicação estiver assegurado, pois, não obstante as lógicas inerentes às novas TIC perpassarem a toda a sociedade permitindo que falemos de uma sociedade tecnológica digital globalizada, essa sociedade manter-se-á empobrecida e muito assimétrica enquanto o acesso de e a todos os cidadãos não for garantido como um direito.

Na verdade, o acesso só por si não tem valor absoluto se não for acompanhado de medidas de “formação” pública, se não for, portanto, socializado não só do ponto de vista do acesso à infraestrutura mas também do ponto de vista do domínio razoável da utilização. Kerckhove (1997: 30-31) reflecte sobre a existência de como que um *tecno-lag* que se traduz em que “mesmo a melhor tecnologia do mundo não pode impor-se a um público não preparado. Porque não pode haver espaço para ela na nossa psicologia colectiva. Pelo menos por enquanto.” Um estudo desenvolvido pelo investigador Pereira (2002: 160) mostra que “sem políticas públicas não teria havido o desenvolvimento e o incremento da Sociedade da Informação na União Europeia e em Portugal.” Talvez esta perspectiva seja extensível a todos ou à maioria dos países do mundo, mas também parece evidente que os governos dos países desfavorecidos deverão ser auxiliados e capacitados para esse fim.

3. Cidadania, educação e vida nas redes infocomunicacionais

No campo específico da educação, a nível escolar, são significativos os esforços dos projectos de introdução das novas TIC nas escolas, quer na sala de aula quer noutros espaços educativos podendo facilitar a ligação ao mundo em termos de colheita de informação, de comunicação e de desenvolvimento de parcerias para a aprendizagem apoiadas electronicamente.

Mas, ao atentarmos na realidade podemos concluir que as experiências desenvolvidas, apesar de positivas e de muito contribuírem para a formação digital são ainda insuficientes, sem o impacto que já seria desejável, sobretudo porque a escola poderia funcionar como agente de minoração das diferenças de acesso às novas tecnologias, como evidenciam as estatísticas.

A pertinência desta constatação continua a fazer emergir a necessidade de acelerar a acessibilidade e a utilização das TIC na educação, através de medidas mais eficazes e inclusivas. Tais medidas têm que concretizar aquilo que é evidente e é aceite como uma necessidade absoluta por inúmeros autores, observadores e investigadores, e é desejado também pelos cidadãos,

pelas pessoas comuns, ou seja, que a imperiosa necessidade de inclusão das novas tecnologias, no mundo escolar e em todos os espaços educativos, como, na sociedade em geral, se exige como uma prioridade se não queremos continuar a formar cidadãos para um mundo que já não existe, que pertence a um tempo que já não é o tempo contemporâneo. Isto é válido para a utilização dos computadores como para todas as tecnologias a ele associadas. Caso contrário, como afirma Figueiredo (2001: 74), corre-se o risco de tentar construir a Sociedade da Informação com os mesmos instrumentos intelectuais com que, há duzentos anos, se construiu a Sociedade Industrial.

Para que se possa viver *em* e *na* cidadania é preciso conhecimento. Esse conhecimento é necessário para que se tomem iniciativas e se desenvolva um espírito empreendedor capazes de se auto sustentar e para que a constante necessidade de debate, de negociação, de intervenção de cada cidadão, permita efectuar escolhas informadas e que a intervenções resultantes dessas escolhas sejam livres, sejam conscientes em relação ao bem social como uma utopia a perseguir. Dever-se-á, com efeito, considerar que existe uma forte correlação entre educação, desenvolvimento e exercício da cidadania. Tal transporta-nos para a escola, como espaço principal de educação, mas também para fora da escola, para os múltiplos espaços educativos de que dispomos, desde os centros de animação cultural, aos museus, às bibliotecas e outros centros de recursos educativos e formativos.

Afigura-se como essencial a problemática da qualidade das aprendizagens que se desenvolvem nas escolas, a evolução das metodologias e dos contextos de aprendizagem tendentes a que esta seja significativa e articulada com a vida.

A cidadania constitui-se, assim, como um **novo paradigma educativo** na sociedade tecnológica digital, a nortear as práticas de ensino e de aprendizagem, já que ao termos todos os tempos e todos os espaços ao nosso alcance a partir de um teclado de computador, as respostas a exigências cognitivas, éticas e relacionais apoiadas pela educação cruzam-se constantemente em todos os momentos do dia-a-dia.

Muitas vezes aponta-se que o acesso às TIC pode favorecer ou mesmo aprofundar as desigualdades sociais, o fosso entre os mais favorecidos e os menos favorecidos. Na verdade, reforçamos, quem possui computador em casa e ligação à Internet tem acesso a um mundo bem diferente do daqueles que o não podem fazer. Ora essa é uma razão importante para que o computador seja introduzido realmente na escola numa perspectiva de criação de igualdade de oportunidades, numa opção de formação de cidadãos com as mesmas possibilidades de acesso e de utilização. É claro que essa situação apenas pode minorar as desigualdades de acesso, mas “será a não utilização do computador na escola que pode ter um efeito muito sério na manutenção das disparidades sociais existentes” (Ponte, 1997: 118).

Numa reflexão sobre ciberdemocratização, Perrenoud (1998), considerando que todos os utensílios informáticos e telemáticos que permitem o uso do multimédia, das redes mundiais, da realidade virtual, introduzem transformações importantes, nomeadamente nas relações sociais, nas formas de se trabalhar, de se informar, de se formar, de se distrair, de consumir, de falar, de escrever, de entrar em contacto com alguém, de consultar, de decidir e pouco a pouco de pensar, alerta, de forma talvez bastante cautelosa, mas merecedora de atenção, para a problemática da introdução das TIC nas escolas, dizendo (Perrenoud, 1998):

A escola não pode pôr-se à margem destas transformações. Não faltam espíritos, não completamente desinteressados, para incitarem à integração na ‘revolução numérica’. A minha proposta não é a de combater esta mensagem, mas tão somente o mito libertador e igualitário que por vezes ele veicula: a alienação e as desigualdades intelectuais e culturais manifestam-se de forma diferente perante as novas tecnologias do que perante o livro, mas não desaparecem como que por magia e podem mesmo agravar-se provisoriamente, ou mesmo de forma durável, se não levarmos isso em linha de conta.

Este autor (Perrenoud, 1998) conclui o seu artigo do seguinte modo:

A exclusão que denunciámos hoje voluntariamente tem sempre uma face visível - a desigualdade de acesso aos bens, aos serviços, às informações - e uma face encoberta, a desigual compreensão das instituições, das leis, dos mercados, das forças e das estratégias que governam o mundo. Para lutar contra a primeira exclusão, é necessário ir muito para além da iniciação. Para combater a segunda, é necessário muito simplesmente que a escola faça o seu trabalho principal: dar a todos os meios para pensar livremente, para oferecer uma alternativa à guerra civil aberta ou latente(...). A Internet acentua esta exigência, como tudo o que complexifica o mundo. Seria bastante angélico

pensar-se que a simples intrusão das redes na escola é um progresso. Assim que vos digam NTIC, pensem NTIC: novos tipos de desigualdades culturais!

Estas considerações fazem sentido, contudo, do nosso ponto de vista, mesmo para os alunos que possuem um computador em casa as utilizações efectuadas na escola podem abrir-lhes horizontes para as suas utilizações mais individuais e, por outro lado, permitir-lhes serem um recurso para os seus colegas ou para o próprio professor e para outros adultos. Além disso, não é líquido que por se possuir um computador se sabe utilizá-lo nas várias dimensões das suas potencialidades ou que, só por isso, se têm melhores desempenhos ou melhores utilizações do que os de alunos que não o possuem.

Concordamos com Thornburg (2002: 17), quando afirma que não é o tamanho da Internet que é interessante, pois o mais interessante é o uso que dela se faz. Este autor afirma:

Quando me perguntam o que é que o futuro nos reserva, eu respondo sempre 'Observem o vosso teclado de computador - está mesmo na vossa frente: *Shift Control*'. Tal como disse, em 1998, um responsável da IBM, 'A emergência de redes poderosas respeita a muitas coisas, mas é sobretudo uma questão de transferência de poder'. Nunca se disseram palavras tão verdadeiras.

Ora esta é mesmo uma questão essencial, a da transferência de poder. Se o poder é transferido para as nossas mãos, frente a um computador, isso implica que a nossa formação ética tenha que ser muito sólida e que tudo o que acrescentamos às nossas utilizações tecnológicas tenha por base a construção de uma carta de princípios norteada pelo "infinitamente consciente" (Nicolescu, 2000), o que aponta para a necessidade de olharmos mais para nós próprios como humanidade e termos a consciência das nossas fragilidades e também da nossa finitude, percepção que a era das viagens espaciais abriu e que poderá continuar a expandir no espaço/tempo cibernético que "é um espaço de escolha humana" (Nicolescu, 2000: 64).

Referências

- FIGUEIREDO, A. D. (2001), “Novos media e nova aprendizagem”, in Adalberto Dias de Carvalho *et al.*, “Novo Conhecimento, Nova Aprendizagem”, Textos da Conferência Internacional “Novo Conhecimento, Nova aprendizagem”, Outubro de 2000, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 71-81
- HAUBEN, M. e R. HAUBEN (1996) *Netizens: On the History and Impact of Usenet and the Internet*, in <http://www.columbia.edu/~hauben/netbook/> (A primeira edição impressa é de 1995 e a última actualização electrónica de 1996)
- KERCKHOVE, D. (1997), *A Pele da Cultura*, Lisboa, Relógio d'Água, 294 p., (edição original, 1995)
- KERCKHOVE, D. (2002), *The Architecture of Intelligence*, Turin, Birkhauser, 95 p.
- NICOLESCU, B. (2000), *O Manifesto da Transdisciplinaridade*, Hugin, Lisboa, 120 p.
- PATROCÍNIO, T. (2002), *Tecnologia, Educação, Cidadania*, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 159 p.
- PEREIRA, L. (2002), *As Políticas Públicas e a Sociedade da Informação*, Tese de Mestrado em Administração e Políticas Públicas, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 191 p.
- PERRENOUD, P. (1998), “Cyberdémocratisation: les inégalités réelles devant le monde virtuel d'Internet” in *La Revue des Échanges* (AFIDES), Vol 15, nº2, juin 1998, pp.6-10 (consultado em 2003/05/12, em http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1998/1998_04.rtf)
- PONTE, J. P. (1997), *As Novas Tecnologias e a Educação*, Lisboa, Texto Editora, 124 p.
- POSTER. M. (2002), “Cidadãos, media digitais e globalização”, in “Revista de comunicação e Linguagens - A Cultura das Redes”, Actas do Congresso “A Cultura das Redes ICNC 2001, Lisboa, Relógio d'Água, pp. 21-34
- ROSA, J. C. (2000), “Conceito de cidadania” in “Anais Educação e Desenvolvimento 2000”, Lisboa, Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (pp. 337-340)
- THORNBURG, D. (2002), *The New Basics - Education and the Future of Work in the Telematic Age*, Alexandria, Virginia USA, Association for Supervision and Curriculum Development, 121 p.